

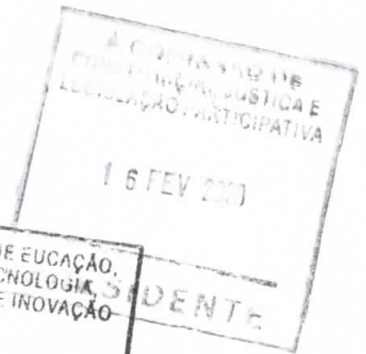
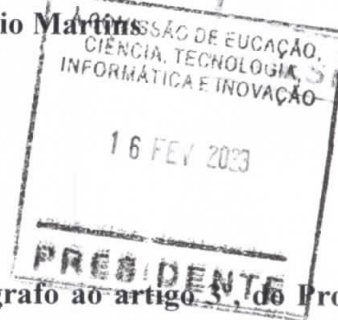
CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Gabinete do Vereador Márcio Martins

0002/2023

EMENDA ADITIVA Nº _____ /2023

AO PROJETO DE LEI Nº 0447/2022



Acrescenta parágrafo ao artigo 3º, do Projeto de Lei 0447/2022, na forma que indica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA aprova:

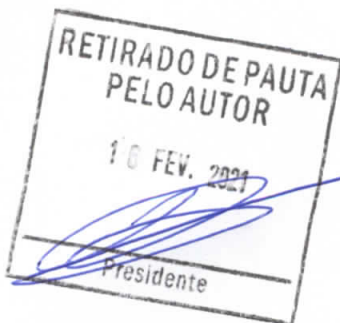
Art. 1º. Fica acrescentado parágrafo ao artigo 3º, do Projeto de Lei 0447/2022, que terá a seguinte redação:

“Art. 3º. Omissis”.

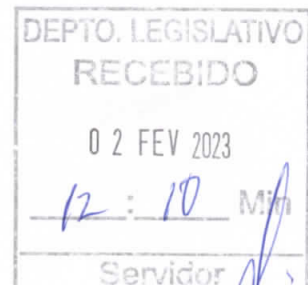
Parágrafo único. Os relatórios parciais e final mencionados no caput deste artigo, recebidos e analisados pelo IPLANFOR, devem ser publicados no Portal da Transparência, no Diário Oficial do Município e por todos os meios possíveis que garantam a publicização ampla e irrestrita da informação, sob pena de nulidade do ato.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA,

EM _____ DE _____ DE _____



Márcio Martins
Vereador





CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
Gabinete do Vereador Márcio Martins

JUSTIFICATIVA

A presente emenda é aditiva ao PROJETO DE LEI Nº 0447/2022, visa acrescentar um parágrafo ao artigo 3º do Projeto em epígrafe.

Nesse sentido, a adição de um parágrafo único ao artigo 3º do Projeto de Lei já mencionado se faz necessária, pois visa dar maior transparência ao ato, já que a subvenção social decorre dos cofres públicos, sendo portanto, necessário sua exposição nos Portais da Transparência, no Diário Oficial do Município (DOM) e por todos os meios possíveis que garantam a publicização ampla e irrestrita da informação em jornais de grande circulação do Município de Fortaleza – meios de comunicação impresso e virtual, garantindo a população o direito de conhecer os atos da Gestão Pública Municipal.

Assim, o modelo de gestão pública gerencial possui como um dos elementos de celeridade e eficiência na prestação de serviços públicos a “*accoutability*”, a qual impõe ao administrador o dever de prestar contas de suas atividades com a sociedade, pois o gestor público gerencia bens públicos, ou seja, o patrimônio público, por isso deve atuar com respeito ao Princípio da Transparência.

Nesse sentido, é imperiosa a adição do parágrafo sugerido, a fim de garantir à sociedade e aos órgãos de fiscalização o controle dos gastos públicos, impedindo que ocorram irregularidades, ilegalidades e/ou atos de improbidade, assegurando aos cidadãos e agentes do Estado o direito de impugnar tais atos.

Nosso intuito é de contribuir e melhorar o Projeto em epígrafe.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA,
EM _____ DE _____ DE _____

Márcio Martins
Vereador